

**NASCIMENTO; Júlia Mariano Leiael <sup>1</sup>, SANTOS; Vitória Soares dos <sup>2</sup>**

## RESUMO

A partir de 1970, com a redemocratização brasileira, surgiram movimentos sociais em defesa de grupos específicos, de liberdades sexuais e de reestruturação do sistema de saúde vigente. Com a Constituição de 1988, estruturou-se o SUS, tendo como dois dos princípios doutrinários a universalidade e integralidade, embasando a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNSI) de 2011, estabelecendo um marco na luta LGBTQIA+. Entretanto, estudos demonstram o difícil acesso dessa população às ações da Atenção Primária à Saúde (APS). Por isso, objetivou-se identificar e descrever fatores determinantes para o difícil acesso à saúde pela população LGBTQIA+, a partir de revisão sistemática da literatura, utilizando as bases de dados SciELO e Google Acadêmico, com os Descritores em Ciências da Saúde: “Atenção Primária à Saúde” e “Minorias Sexuais e de Gênero”, com os critérios de inclusão: publicações realizadas entre 2018 e 2020, disponíveis integralmente em português, inglês e espanhol, excluindo artigos que não atendiam a proposta. A leitura de sete trabalhos identificou que, apesar da PNSI, o acesso à saúde dessa população que, enquanto corpos biológicos inseridos em diversos contextos sociais, necessitam de atenção envolvendo a saúde em seu conceito amplo, ainda possui obstáculos na execução, pois há dificuldade em inserir o tema institucionalmente nos currículos, escassez de estudos e literatura sobre sexualidade, carência da abordagem integral envolvendo aspectos biopsicossociais, discriminação social e, conseqüentemente, na APS. Portanto, ratifica-se a necessidade de (i) investimentos em pesquisas, (ii) capacitação de profissionais de saúde e (iii) ministração de palestras com a temática integralidade do atendimento LGBTQIA+.

**PALAVRAS-CHAVE:** Atenção básica, Pessoas LGBTQIA+, saúde.

<sup>1</sup> Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA)

<sup>2</sup> Centro Universitário São Camilo